



8º CIAP
ABAP 50 ANOS
Raízes e Horizontes de uma trajetória
de ação pelas paisagens brasileiras

Paisagem e Patrimônio Sensível **Morfologia Urbana e memória Afro-Brasileira no Cais do** **Valongo**

DIMENSÃO HISTÓRICA E PATRIMONIAL DO PROJETO, DO PLANEJAMENTO E DA
GESTÃO DA PAISAGEM

ALMENTEIRO GOMES, DOMITILA

Universidade Federal do Rio de Janeiro - Brasil
domitila.almenteiro@fau.ufrj.br

FERREIRA FALLONE, LARISSA

Universidade Federal do Rio de Janeiro - Brasil
larissa.ferreira@fau.ufrj.br

DE FREITAS MOURA ALVARENGA, MARIA CLARA

Universidade Federal do Rio de Janeiro - Brasil
maria.alvarenga@fau.ufrj.br

VERA REGINA TÂNGARI

Universidade Federal do Rio de Janeiro - Brasil
vtangari@fau.ufrj.br

BAHIA SCHLEE, MÔNICA

Universidade Federal do Rio de Janeiro - Brasil
monbasch@gmail.com

RESUMO

A região portuária do Rio de Janeiro, especialmente a Pequena África, é central para o patrimônio afro-brasileiro, tendo o Cais do Valongo como marco fundamental dessa memória. Construído no início do século XIX e recebeu cerca de 900 mil africanos escravizados, o Cais foi soterrado no século XX e reaberto em 2011, sendo posteriormente reconhecido pelo IPHAN e inscrito como Patrimônio Mundial pela UNESCO em 2017. Este estudo, desenvolvido na disciplina Arquitetura da Paisagem (PROARQ/UFRJ, 2025), aplica o método de Compartimentação da Paisagem, identificando quatro Compartimentos e quatorze Unidades, com foco na Unidade 1E – Pequena África. A análise evidenciou uma paisagem marcada por múltiplos tempos, usos e significados, expressos em sua morfologia heterogênea e em dinâmicas de transformação que mobilizam memórias, afetos e disputas simbólicas. O Cais do Valongo surge como elemento estruturador cujos processos de patrimonialização revelam tensões entre a valorização da memória afrodessendente e a mercantilização cultural impulsionada por políticas urbanas. O patrimônio no território ultrapassa o sítio físico, configurando-se como espaço de resistência e afirmação identitária, onde práticas culturais e interesses econômicos se entrelaçam. Assim, a paisagem da Pequena África afirma-se como campo de disputa e negociação relacionando memória, morfologia urbana e patrimônio em contextos pós-coloniais.

PALAVRAS-CHAVE: Cais do Valongo; Memória coletiva; Diáspora africana; Porto Maravilha; Rio de Janeiro.



ABSTRACT

The port region of Rio de Janeiro, especially the area known as Pequena África, is central to Afro-Brazilian heritage, with the Valongo Wharf as a fundamental landmark of this memory. Built in the early nineteenth century and responsible for receiving around 900,000 enslaved Africans, the wharf was buried in the twentieth century and uncovered in 2011. It was later recognized by IPHAN and inscribed as a UNESCO World Heritage Site in 2017. This study, developed in the course Landscape Architecture (PROARQ/UFRJ, 2025), applies the Landscape Compartmentalization method, identifying four Compartments and fourteen Landscape Units, with emphasis on Unit 1E – Pequena África. The analysis reveals a landscape marked by multiple temporalities, uses, and meanings, expressed through its heterogeneous morphology and ongoing transformations that mobilize memories, affections, and symbolic disputes. Valongo Wharf emerges as a structuring element whose heritage processes expose tensions between the valorization of Afro-descendant memory and the cultural commodification driven by urban policies. Heritage in this territory surpasses the physical site, taking shape as a space of resistance and identity affirmation, where cultural practices and economic interests intertwine. Thus, the landscape of Pequena África asserts itself as a field of dispute and negotiation, articulating memory, urban morphology, and heritage within postcolonial contexts.

KEYWORDS: Cais do Valongo; Collective memory; African diaspora; Porto Maravilha; Rio de Janeiro.

1 INTRODUÇÃO

A paisagem é compreendida aqui como uma associação de parâmetros formais, derivadas do suporte físico existente e dos agentes que nela intervêm, humanos e não-humanos, ao mesmo tempo que possui uma dimensão simbólica diretamente ligada às relações sociais e à história (Schlee, Nunes, Rego, Rheingantz, Dias, Tângari, 2009). No caso do Cais do Valongo, na região portuária do Rio de Janeiro, essas dimensões convergem de modo particularmente expressivo: ali se entrelaçam processos históricos, memórias da diáspora africana e disputas contemporâneas em torno do patrimônio cultural. A escavação arqueológica do Cais em 2011 se insere no debate sobre o apagamento da presença negra na história das cidades brasileiras e sobre os modos de reconhecer, preservar e narrar um passado colonial que ainda estrutura as desigualdades urbanas e sociais.

Inserido na área conhecida como Pequena África, o Cais do Valongo constitui, segundo a proposta encaminhada para reconhecimento como patrimônio da humanidade, como um expressivo lugar de memória da diáspora africana, fora do continente Africano, sendo vestígio material do tráfico de africanos escravizados nas Américas (IPHAN, 2016). Foi reconhecido pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura em 2017 como Patrimônio Mundial e mais do que um sítio arqueológico, o local se consolidou como território de memória, onde se cruzam narrativas oficiais, narrativas decoloniais, práticas culturais afrodescendentes e políticas urbanas que reconfiguram constantemente o seu sentido. Como afirmam Guimarães e Castro (2023), no título de seu artigo, a patrimonialização do Valongo expressa “uma gestão empresarial das memórias sensíveis”, em que interesses institucionais e de mercado se imbricam às pautas de movimentos sociais e de resistência negra.

Esta monografia busca analisar o Cais do Valongo e seu entorno sob a ótica da paisagem urbana, entendendo-os como camadas materiais e simbólicas que revelam os processos de formação, apagamento e reinscrição de memórias afro-brasileiras. Pretende-se compreender de que maneira a leitura morfológica, aplicada por meio da metodologia de Compartimentação da Paisagem (Macedo, 1997; Magalhães, Manetti & Tângari, 2013), pode evidenciar não apenas estruturas espaciais, mas também os modos como o território guarda, transforma e negocia sentidos coletivos.

A reflexão aqui desenvolvida resulta de análises e cartografias críticas produzidas durante a disciplina Arquitetura da Paisagem, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ/UFRJ), no semestre 2025.1, sob orientação das professoras Vera Regina Tângari e Mônica Schlee. O estudo concentrou-se no recorte territorial conhecido com Pequena África¹, que foi denominado conforme a metodologia de compartimentação da paisagem como Unidade de Paisagem 1E – Pequena África. Essa zona estudada engloba o Cais do Valongo e suas adjacências, articulando dimensões morfológicas, socioambientais e culturais.

A partir dessa leitura integrada, a monografia propõe discutir as relações entre forma urbana, memória e patrimonialização em contextos pós-coloniais, onde a paisagem é entendida como campo de disputa simbólica e política (Ribeiro, 2007; Morales Núñez,

¹ A denominação “Pequena África” para a Unidade 1E foi adotada pelo grupo a partir dos simbolismos e narrativas vinculados ao território. Ressalta-se que essa delimitação não corresponde integralmente ao circuito oficial nem abrange todos os pontos de referência, como a Pedra do Sal, o Cemitério dos Pretos Novos e o Largo da Prainha, mas busca reconhecer o caráter identitário e cultural da área.

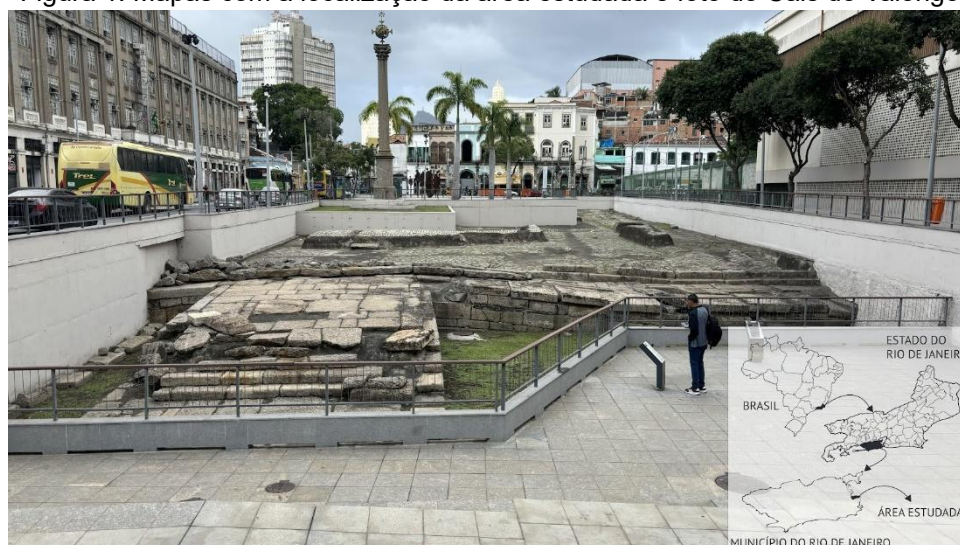
Riveros Celis & Palma Vergara, 2014). Argumenta-se que o Cais do Valongo é um elemento estruturador da paisagem, tendo sido o local onde a linha do mar chegava antes dos aterros sucessivos realizados na região Central do Rio de Janeiro a partir de 1905, conforme poderá ser observado posteriormente nos mapas. Sendo também testemunha de processos históricos que ainda reverberam na vida cotidiana e na configuração urbana contemporânea.

Camadas da paisagem

A compreensão da paisagem portuária do Rio de Janeiro exige o reconhecimento de suas múltiplas temporalidades e sobreposições. A área do Valongo e da Pequena África se constitui como um palimpsesto urbano (Corboz, 2004), em que diferentes camadas históricas, tanto físicas, quanto simbólicas, foram se sedimentando, apagando e reemergindo ao longo dos séculos.

O Cais do Valongo e sua localização, apresentados na Figura 1, foi construído em 1811 pela administração colonial portuguesa, com o propósito de receber os navios negreiros provenientes da África centro-ocidental. Estima-se que, entre 1811 e 1831, cerca de 900 mil africanos escravizados tenham desembarcado nesse ponto do litoral carioca (IPHAN & PCRJ, 2016). Tal contingente revela a centralidade do Rio de Janeiro no sistema escravista atlântico e o papel da cidade como principal porto de entrada de pessoas escravizadas no continente americano.

Figura 1: Mapas com a localização da área estudada e foto do Cais do Valongo



Fonte: Autoras, 2025.

No entanto, a história subsequente do local é marcada pelo apagamento físico e simbólico desse passado. Após a proibição do tráfico em 1831, o Cais foi gradualmente abandonado. No início do século XX, durante as reformas urbanas de Pereira Passos, o local foi soterrado e transformado no Cais da Imperatriz, dentro de um projeto higienista e modernizador que buscava apagar as marcas da escravidão e da presença negra da paisagem central (Schwarcz, 1998). O gesto de enterrar o Cais materializou uma tentativa de esquecimento institucionalizado, o que Keith Jenkins (2017) compreende como uma possibilidade dos grupos que possuem o poder de dominarem a sociedade por meio do manejo da memória e do esquecimento.

Durante o século XX, a região portuária passou por novos ciclos de marginalização, desvalorização e reocupação, abrigando populações trabalhadoras, cortiços e



pequenos comércios. Esse território se consolidou como a chamada Pequena África, expressão cunhada por Heitor dos Prazeres e popularizada e por Roberto Moura (1995), para designar o espaço de sociabilidade afro-brasileira e berço de manifestações culturais como o samba e o candomblé. A Pedra do Sal, o Cemitério dos Pretos Novos e a Casa da Tia Ciata tornaram-se marcos simbólicos de resistência e continuidade cultural.

A reabertura do Cais do Valongo em 2011, durante as obras de reurbanização do Projeto Porto Maravilha, trouxe à luz não apenas as estruturas físicas soterradas, mas também um acervo de objetos de uso cotidiano e religioso. Colares, contas, cerâmicas e amuletos que revelam a dimensão espiritual e afetiva daquele território. Esse processo motivou o reconhecimento do sítio pelo IPHAN como “Sítio Arqueológico e Histórico de Memória Sensível”, denominação inédita no Brasil, que reconhece o sofrimento imposto aos afrodescendentes e busca valorizar a dimensão ética da preservação (IPHAN & PCRJ, 2016).

Em 2017, o Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO inscreveu o Cais do Valongo na lista de bens culturais, reconhecendo-o como o único vestígio material da chegada de africanos escravizados às Américas. A inscrição representou um marco simbólico internacional, mas também acentuou as tensões entre políticas de memória, turismo e mercantilização cultural, tema amplamente debatido por Guimarães e Castro (2023).

Essas diferentes etapas sofridas pelo Sítio Arqueológico: construção, soterramento, esquecimento e reabertura, conformam camadas da paisagem portuária, que hoje se apresenta como um mosaico de tempos sobrepostos. Como argumenta Macedo (1999) a paisagem é ao mesmo tempo produto social e sistema em transformação, em complexa confluência com seus elementos morfológicos (Lamas, 1993) e simbólicos (Ribeiro, 2007), sendo assim, simultaneamente produto cultural e expressão sensível da história. No Valongo, essa mediação se manifesta pela coexistência de ruínas, vazios e presenças: o cais arqueológico, os galpões desativados, as praças de celebração e as práticas cotidianas de circular, de festejar e ocupar os espaços públicos que atualizam continuamente o sentido do lugar.

A paisagem da Pequena África, portanto, é resultado de uma longa história de violências e resistências. Ela evidencia o que Mbembe (2018) define como necropolítica, um regime de poder que produz territórios marcados pela morte e pelo sofrimento, mas também revela as reapropriações vitais e afirmativas dessas marcas pelas comunidades afrodescendentes. Nesse sentido, o Cais do Valongo pode ser compreendido como um lugar de memória sensível, que desafia as narrativas lineares e hegemônicas do patrimônio moderno e abre espaço para práticas insurgentes de rememoração da presença negra na cidade.

Metodologias de Leituras da Paisagem

A análise desenvolvida neste estudo baseou-se na metodologia de Compartimentação da Paisagem, formulada a partir das pesquisas conduzidas por Silvio Soares Macedo e pelo grupo QUAPÁ-SEL (Quadros do Paisagismo no Brasil e Sistema de Espaços Livres). Trata-se de uma abordagem multicriterial de leitura territorial que permite articular dimensões físicas, morfológicas, ambientais, históricas e simbólicas na compreensão das paisagens urbanas e de suas transformações (Macedo, 1997; Magalhães, Manetti & Tângari, 2013).

O método parte do princípio de que a paisagem é um sistema dinâmico e relacional, constituído pela interação entre os elementos naturais, o ambiente construído e as práticas socioculturais (Macedo, 1999). Assim, sua aplicação requer o reconhecimento de unidades com características morfológicas e simbólicas relativamente

homogêneas, permitindo observar os modos como o território expressa e organiza a experiência coletiva. Busca-se também observar essa paisagem para além das leituras puramente descritivas, observando camadas de sentido que emergem da relação entre forma, uso, memória, história e política. (Lamas, 1993; Ribeiro, 2007).

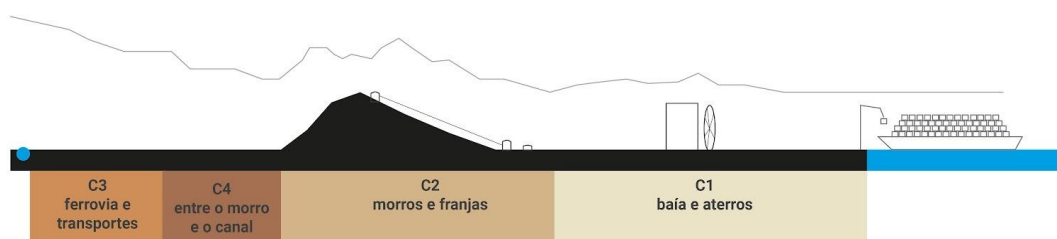
A Compartimentação da Paisagem pode ser estruturada em duas escalas complementares, uma de “Compartimentos da Paisagem” (CPs), que são macrounidades que reúnem áreas de relativa coerência morfológica e ambiental, considerando fatores como topografia, sistemas hídricos, uso e ocupação do solo, tipologias edilícias e relações com a infraestrutura urbana. E uma outra que é denominada como “Unidades de Paisagem” (UPs), que são recortes de menor escala, definidos a partir da homogeneidade de elementos morfológicos, estruturais e simbólicos, que permitem uma leitura mais detalhada dos processos espaciais e sociais (Macedo, 1997; Magalhães, Manetti & Tângari, 2013).

Figura 2: Localização da área estudada com a Compartimentação da Paisagem na região Portuária do Rio de Janeiro



Fonte: Autoras, 2025.

Figura 3: Corte esquemático da área estudada com a Compartimentação da Paisagem na região Portuária do Rio de Janeiro.



Fonte: Autoras, 2025.

Como propõe Magalhães, Manetti e Tângari (2013), a construção dos compartimentos e unidades resulta de uma leitura sintética e interpretativa, baseada em um agrupamento multicriterial que conjuga observação empírica, análise cartográfica, interpretação qualitativa e multiescalar. Lamounier, Carvalho, Yamaki e Tângari (2019), abordam as “Atmosferas de Preferência” que são incorporados os aspectos mais subjetivos e simbólicos de análise da paisagem. Essa metodologia se alinha à noção



de paisagem enquanto campo híbrido, onde interagem agentes humanos e não humanos, elementos materiais e imateriais, e temporalidades múltiplas.

No presente estudo, a aplicação do método teve início com a delimitação da área portuária do Rio de Janeiro como recorte principal, abrangendo os bairros: Cidade Nova, Centro, Gamboa, Saúde, Santo Cristo, Praça da Bandeira e Imperial de São Cristóvão, delimitado pelas Avenidas: Presidente Vargas, Rio Branco, Rodrigues Alves e a Francisco Bicalho até a Estação Gentileza do BRT do Rio de Janeiro. Essa área foi subdividida em quatro Compartimentos da Paisagem, identificados coletivamente pela turma a partir de critérios de morfologia urbana, relevo, padrões de parcelamento, uso e ocupação do solo, e presença de sistemas de espaços livres (ver Figura 2 e 3). Cada compartimento foi então detalhado em suas respectivas Unidades de Paisagem (UPs), compondo um mosaico interpretativo das formas e dinâmicas locais.

Conforme as figuras 2 e 3 a subdivisão dos Compartimentos da Paisagem acontecem das seguintes formas:

C1 – Baía e Aterros: área resultante dos sucessivos aterros próximos à Baía de Guanabara, delimitada pela própria Baía e pelo cinturão formado pelos morros do Pinto, do Livramento, da Providência e da Conceição.

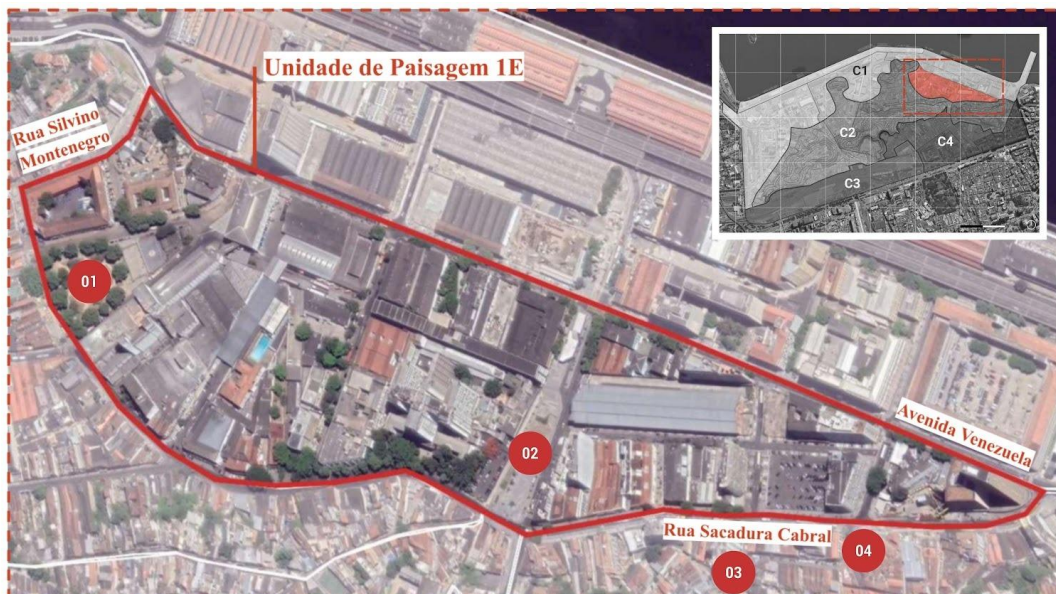
C2 - Morros e Franjas: compartimento composto predominantemente pelas áreas altas do recorte e pelas franjas dos morros não afetados pelos aterros. Inclui o Morro do Pinto, o Morro do Livramento, o Morro da Providência e o Morro da Conceição.

C3 – Ferrovia e Transportes: compartimento sem subdivisões, definido pela faixa ocupada pela linha férrea e pela Avenida Presidente Vargas. É marcado pela presença da Central do Brasil, pelos acessos à estação de metrô e pela intensa circulação das linhas de ônibus.

C4 – Entre o Morro e a Avenida Presidente Vargas: área plana localizada entre os morros e a Av. Presidente Vargas, delimitada pela Avenida Rio Branco, os morros da Conceição, do Livramento e da Providência, a Central do Brasil e a própria Avenida Presidente Vargas, cuja influência na área é bastante relevante. Apresenta uso misto, serviços, instituições e um acervo de edificações históricas e de interesse patrimonial.

Dentre as 14 unidades identificadas, o presente artigo concentra-se na Unidade 1E – Pequena África, inserida no Compartimento 1 - Baía e Aterros (Zona Central Portuária). Esse recorte foi escolhido por condensar de maneira exemplar a sobreposição de tempos e sentidos, conforme já mencionado no primeiro tópico, da estrutura portuária colonial à contemporaneidade das políticas de patrimonialização. Delimitada pelas ruas Sacadura Cabral, Silvino Montenegro e Avenida Venezuela (ver Figura 4), a UP 1E tem como elemento central o Cais do Valongo, reconhecido como sítio arqueológico e de memória sensível (IPHAN & PCRJ, 2016).

Figura 4: Localização da área estudada



Legenda: 01 – Praça da Harmonia 02 – Cais do Valongo 03 – Pedra do Sal 04 – Largo da Prainha

Fonte: Autoras, 2025.

A leitura da Paisagem envolveu três etapas principais: o levantamento documental e cartográfico, incluindo mapas históricos, plantas cadastrais, imagens de satélite e fotografias de campo. Essa etapa permitiu reconstruir a evolução da forma urbana e das transformações territoriais provocadas pelos sucessivos aterros, reformas e intervenções urbanísticas. A análise morfológica e funcional, considerou a estrutura da malha viária, tipologias edilícias, uso do solo e articulação dos espaços livres. Essa leitura evidenciou a coexistência de galpões portuários, sobrados históricos, áreas de vazio urbano e praças de valor simbólico, compondo um tecido heterogêneo e fragmentado. E por fim, a interpretação simbólica e socioespacial, a partir de observações in loco e de revisão bibliográfica sobre práticas culturais, movimentos sociais e políticas públicas atuantes na região.

Para o aprofundamento das análises, a combinação de diferentes fontes e documentos serviu de base a aplicação de métodos capazes de identificar elementos estruturantes, estabelecendo relações entre os agentes que ocupavam e ocupam a área e suas implicações nas dinâmicas e usos do espaço (Almenteiro; Tângari, 2023). Essa articulação entre dados empíricos, registros históricos e observações de campo permitiu compreender a paisagem como sistema de interações e camadas temporais, revelando a continuidade entre práticas passadas e configurações atuais.

A leitura metodológica também se apoiou na discussão proposta por Lamounier, Carvalho, Yamaki e Tângari (2019), segundo a qual o estudo das “Atmosferas de Preferência e Paisagens Cotidianas” requer a incorporação dos aspectos sensoriais, afetivos e simbólicos que extrapolam a descrição formal. No caso do Valongo, tais aspectos manifestam-se nas práticas de religiosidade afro-brasileira, nas performances culturais e nas rotas de memória ativadas por guias e coletivos locais, configurando o que Guimarães e Castro (2023) identificam como uma “gestão das sensibilidades” em disputa entre atores estatais e comunitários.

Assim, a metodologia de Compartimentação da Paisagem, juntamente com a interpretação das Atmosferas de Preferência, foi utilizada não apenas como ferramenta técnica, mas como instrumento crítico de leitura territorial, capaz de articular os níveis morfológico, histórico e político do espaço urbano. A análise



resultante propõe compreender o Cais do Valongo não apenas como um objeto patrimonializado, mas como estrutura da paisagem, onde se inscrevem e se tensionam memórias, identidades e interesses diversos.

Morfologia e dinâmicas territoriais da Pequena África

A Unidade de Paisagem 1E – Pequena África constitui um dos trechos mais significativos da Zona Portuária do Rio de Janeiro. A área se destaca tanto por sua relevância histórico-cultural, associada à memória afro-brasileira, quanto pelas transformações recentes decorrentes de projetos urbanos e de processos de valorização imobiliária.

A análise morfológica da unidade buscou compreender como a forma urbana expressa e organiza as camadas históricas, sociais e simbólicas que constituem a paisagem local. O estudo foi desenvolvido em quatro dimensões analíticas, que considera a estrutura morfológica, padrões de ocupação e uso, conflitos socioambientais e signos de afetividade e territorialidade. Em conjunto, essas dimensões revelam a complexidade e as tensões que caracterizam o território da Pequena África.

Desenho da Paisagem

O Desenho da Paisagem resulta de um processo contínuo de adaptação e recomposição da forma urbana, em diálogo com o relevo, os aterros e as transformações dos usos portuários. Trata-se de uma área plana de uso misto, articulada entre o sopé dos morros da Conceição e da Providência e a frente da antiga linha d'água da Baía de Guanabara, com quadras e lotes de tamanho mediano e uma malha ortogonal parcialmente ajustada ao traçado sinuoso das encostas.

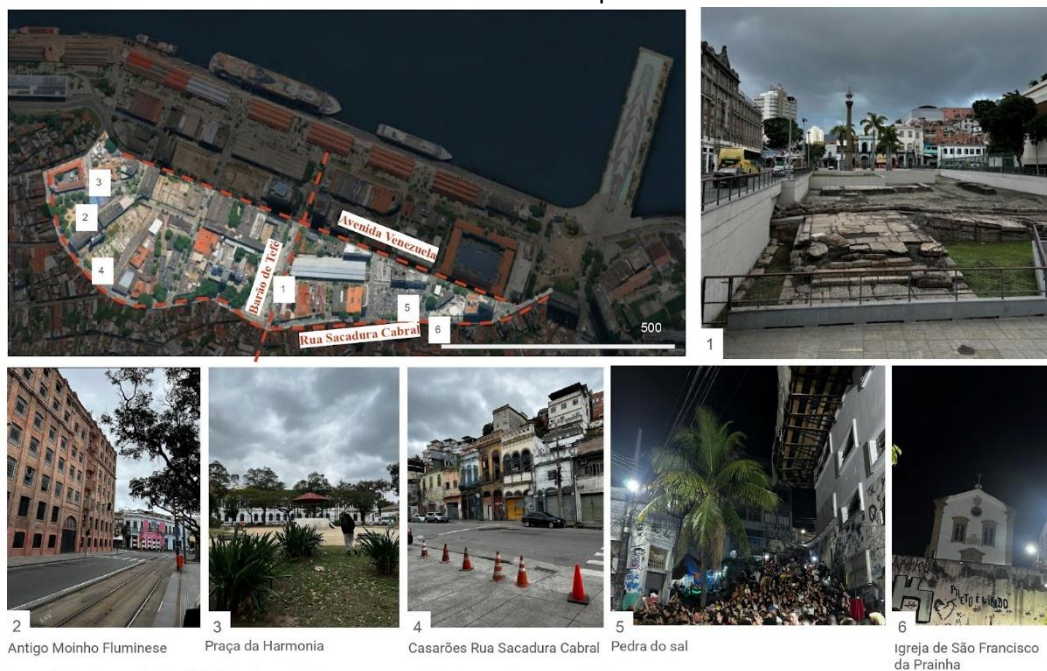
O Sistema de Espaços Livres (SEL) é formado principalmente por ruas e calçadas e pequenos largos públicos, além de estacionamento privados. Destacam-se as praças de forte valor simbólico e social, como a Praça da Harmonia, o Cais do Valongo e o Largo da Prainha (ver Figura 5).

Estrutura Morfológica

A Estrutura Morfológica desta paisagem se caracteriza por uma matriz consolidada, marcada pela coexistência de permanências históricas, como casarões, sobrados e edifícios institucionais do século XIX. E por transformações recentes, associadas às intervenções do projeto Porto Maravilha. Essa sobreposição de tempos se traduz em heterogeneidade tipológica e em contrastes entre cheios e vazios, edifícios preservados e terrenos em abandono.

Três elementos estruturam a leitura morfológica (Forman; Godron, 1986): a matriz, formada pelo tecido histórico que se mantém nas quadras entre a Rua Sacadura Cabral e a Rua Camerino, evidenciando uma ocupação de baixa a média densidade; os corredores, conformados principalmente pela Rua Sacadura Cabral e pela Avenida Venezuela, eixos estruturantes de circulação e comércio, cortados transversalmente pela Rua Barão de Tefé; e os fragmentos, entre os quais podemos identificar os espaços livres que conformam um sistema integrado, entre os quais se destacam o Cais do Valongo, a Praça da Harmonia e o Largo da Prainha, espaços de forte valor simbólico e social que funcionam como marcos de memória e sociabilidade.

Figura 5: Fotos realizadas durante a visita da disciplina Arquitetura da Paisagem e em outras visitas de campo



Fonte: Autoras, 2025.

Conflitos socioambientais

Os conflitos socioambientais na Pequena África derivam da sobreposição entre políticas de valorização urbana, interesses imobiliários e práticas comunitárias de preservação da memória. O projeto Porto Maravilha, implementado a partir de 2009, foi apresentado como um programa de requalificação da zona portuária, mas gerou processos de expulsão das populações locais (Pereira, 2019). A valorização seletiva de determinadas áreas e o surgimento de novos empreendimentos, como o complexo Mata Maravilha, de alto padrão, intensificam o contraste entre o discurso patrimonial e a lógica mercadológica (Guimarães e Castro, 2023).

Os “vazios urbanos”, especialmente nas imediações do Moinho Fluminense e da Rua Sacadura Cabral, tornaram-se espaços de especulação e de conflito, tanto pela destinação futura quanto pelo uso atual. Movimentos como o Movimento de Luta de Bairros, Vilas e Favelas (MLB) têm ocupado edificações e terrenos abandonados, reivindicando o direito à moradia e à função social da propriedade. Essas ações expressam o que Serpa (2017) compreende como vivência territorial, em que o ato de habitar constitui uma prática existencial e política, na qual os sujeitos produzem significados, pertencimento e resistência no espaço.

Além das disputas fundiárias, a transformação do território implica também impactos ambientais e paisagísticos, relacionados à verticalização e à redução das áreas permeáveis. A perda de cobertura vegetal e a substituição de usos tradicionais por atividades turísticas ou comerciais afetam o microclima e as dinâmicas ecológicas locais. Tais processos demonstram que a paisagem portuária, outrora moldada por práticas cotidianas de trabalho e convivência, passa a ser reconfigurada por lógicas externas, frequentemente descoladas de sua dimensão comunitária.

Figura 6: Imagem do projeto Mata Maravilha. Fonte: Site Prefeitura do Rio de Janeiro, 2025; Fotos do conflito ocorrido na ocupação do prédio pelo Movimento de Luta por Bairros, Vilas e Favelas (MLB) no dia 07 de setembro de 2025.



Fonte: Diário do Rio, 2024 e O Globo, 2025.

Padrões de ocupação e uso do solo

O uso do solo na Unidade 1E apresenta caráter misto e heterogêneo, combinando habitações, atividades comerciais e equipamentos institucionais. Entre os principais marcos edificados estão o Hospital Federal dos Servidores do Estado, que ocupa um quarteirão inteiro; o Moinho Fluminense, estrutura industrial hoje desativada; e a Fundação Darcy Vargas, voltada à educação infantil. Essas edificações coexistem com casarões antigos, galpões portuários e lotes desocupados, compondo uma paisagem fragmentada

Na porção sul da unidade, próxima ao Cais do Valongo, concentram-se o comércio popular, os serviços turísticos e os espaços culturais associados ao patrimônio afro-brasileiro. Já nas proximidades da Praça da Harmonia e do Largo da Prainha, observam-se usos residenciais e institucionais, além de uma vitalidade noturna impulsionada por bares e pequenas iniciativas culturais.

Os padrões de ocupação revelam ainda contrastes socioespaciais intensos: áreas de grande valor histórico convivem com imóveis degradados e com moradias informais, refletindo a persistência de desigualdades estruturais. Essa configuração reforça o caráter híbrido e tenso da paisagem, que expressa simultaneamente permanência, resistência e transformação.

Atmosferas de Preferência

Apesar das transformações, a Pequena África permanece como espaço de resistência, onde a memória e a cultura afro-brasileira se afirmam através de práticas simbólicas, festivas e religiosas, conforme pode ser observado na montagem da figura 7. O Cais do Valongo e o Circuito da Herança Africana são polos de articulação entre memória e território, reativando laços identitários e políticos (Guimarães e Castro, 2023).

A Praça da Harmonia constitui um dos principais centros de sociabilidade da região: durante o cotidiano, funciona como espaço de encontro, lazer e descanso; em datas específicas, torna-se palco de celebrações coletivas, como o Carnaval e as festas juninas. Esses usos múltiplos materializam o que Lamounier, Carvalho, Yamaki e Tângari (2019) descrevem como “Atmosferas de Preferência”, isto é, ambiências sensoriais e afetivas que conectam o espaço físico às experiências emocionais dos habitantes.

Figura 7: Acervo do Patrimônio Cultural Local - montagem de fotos realizadas no MUHCAB durante a visita de campo pelas autoras e algumas retiradas do Instagram e Site Embarque na Viagem, conforme pontuadas



Fonte: Autoras 2025.

Outros marcos reforçam a diversidade e vitalidade do território, como o MUHCAB (Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira), a Casa da Tia Ciata, o Cemitério dos Pretos Novos e iniciativas contemporâneas como o Bar Dellas, espaço voltado à comunidade LGBTQIA+ (ver Figura 8). Juntos, esses lugares compõem uma rede de territorialidades múltiplas, que reafirmam a Pequena África como paisagem viva, plural e insurgente. Essas práticas cotidianas revelam a potência simbólica e apropriação política da paisagem enquanto acervo sensível, onde se entrelaçam passado e presente, luto e celebração, resistência e criação. Como propõe Mbembe (2018), ao pensar a vida em meio à morte, reocupar os lugares do sofrimento com arte e festa pode ser entendido como um gesto de reparação simbólica e de afirmação da existência.

Entre o patrimônio e a vida cotidiana

A leitura da Pequena África evidencia que o Cais do Valongo ultrapassa a condição de sítio arqueológico para se afirmar como território de memória sensível, portanto, um espaço onde se sobrepõem tempos, afetos e disputas. A análise morfológica e simbólica da Unidade de Paisagem 1E revelou que a forma urbana não é apenas produto das dinâmicas físicas e econômicas, mas também da ação de múltiplos agentes, humanos e não-humanos, públicos, privados e comunitários, que inscrevem e reescrevem sentidos na paisagem.

Essa dimensão simbólica da paisagem aproxima-se daquilo que Ribeiro (2007) identifica como os valores simbólicos e intangíveis da paisagem, atributos que expressam identidades, pertencimentos e memórias coletivas. No caso do Valongo,



tais valores emergem das práticas cotidianas que persistem na região, sobretudo as ligadas à cultura afro-brasileira, e que tensionam o caráter normativo das políticas de patrimonialização (Alves, 2024). A paisagem se constitui, assim, como um campo de negociação entre a vida cotidiana e o discurso institucional do patrimônio.

Ao se considerar a inscrição do Cais do Valongo na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO (2017), observa-se uma contradição inerente às políticas globais de reconhecimento: ao mesmo tempo em que conferem visibilidade internacional à história da diáspora africana, tendem a retificar a memória em um objeto estático, transformando-a em recurso turístico e econômico. Esse paradoxo é apontado por Guimarães e Castro (2023), que descrevem o processo de patrimonialização do Valongo como uma “gestão empresarial das memórias sensíveis”, na qual o sofrimento é convertido em valor simbólico e capital cultural.

Sob essa ótica, a paisagem da Pequena África expressa a ambiguidade entre memória e mercado, preservação e exploração. A história oficial e a produção da memória em nosso país perpassa as violências e as desigualdades sociais, aquilo que é contato e o que foi silenciado ao longo da história, refletindo as relações de poder e disputas. Repensar a história, produzida no presente como uma leitura e reinterpretação do passado, é imperativo do nosso tempo, devido à urgência de se produzir narrativas mais democráticas (Ferreira, 2022). O gesto de escavar o cais em 2011, portanto, não apenas recuperou vestígios materiais, mas também desestabilizou as narrativas oficiais sobre o passado colonial do Rio de Janeiro. Ao emergir do subsolo, o cais expôs não apenas ruínas, mas as camadas de negação e esquecimento que estruturaram a modernização da cidade.

No Valongo, os processos de urbanização, marcados por aterros, demolições e reformas higienistas, materializam esse projeto colonial de exclusão. Entretanto, o retorno das práticas culturais negras ao território, as ocupações e os circuitos afetivos que nele se estabelecem representam gestos de reexistência, capazes de subverter a lógica da mercantilização (Guimarães e Castro, 2023).

Nesse sentido, a paisagem da Pequena África pode ser lida como uma paisagem de resistência e reexistência, que reconta uma camada histórica que tentaram apagar ao criarem o Cais da Imperatriz. Reocupar o Cais do Valongo com rituais, arte e celebração é, portanto, um ato de reparação simbólica e política, que transforma o lugar do trauma em espaço de criação e futuro (Guimarães, 2014; Alves, 2021).

Ao mesmo tempo, a análise morfológica demonstra que a forma urbana atua como mediadora entre essas dimensões do passado e contemporâneas. As ruas, praças e edificações funcionam como infraestruturas da memória, onde o cotidiano e o simbólico se entrelaçam. Assim, a paisagem não é neutra: ela traduz relações de poder, mas também oferece brechas para o exercício da cidadania e da imaginação coletiva. Conforme Serpa (2017), compreender o território como experiência existencial é afirmar o direito de permanecer e narrar o próprio lugar.

A partir dessa perspectiva, o caso da Pequena África revela a necessidade de repensar as políticas de patrimônio sob uma ótica mais abrangente de preservação (Guimarães, 2014; Alves, 2021). Isso significa reconhecer que o patrimônio não é apenas aquilo que se preserva de forma material, mas também aquilo que se transforma e se reinventa no encontro entre práticas, corpos e espaços.

Por fim, compreender o Cais do Valongo como paisagem sensível e insurgente permite vislumbrar um horizonte onde o reconhecimento patrimonial se converta em reparação, não apenas material, mas também social e simbólica. Tal reconhecimento requer deslocar o olhar do objeto para a experiência, do monumento para o território, e



da história única para as múltiplas histórias que o compõem (Guimarães, 2014; Ferreira, 2022). A vida cotidiana da Pequena África, com seus gestos, celebrações e resistências, desafia as fronteiras do patrimônio tradicional, da lógica do mercado, e propõe uma outra forma de urbanidade: uma cidade que recorda, sente e reivindica, em vez de apenas conservar (Alves, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da Unidade de Paisagem 1E – Pequena África demonstra que o Cais do Valongo não pode ser compreendido apenas como um sítio arqueológico ou um monumento isolado, mas como parte de uma paisagem em disputa, onde se articulam memórias, práticas e formas de vida. A leitura da paisagem revelou que a estrutura urbana é, ao mesmo tempo, suporte e expressão dessas tensões: entre a permanência e a transformação, entre a patrimonialização institucional e a memória vivida.

A paisagem se apresenta, assim, como um campo político sensível, em que o espaço físico e o simbólico se entrelaçam. O estudo da Pequena África evidencia que os valores de paisagem não se restringem à materialidade do território, mas se estendem às formas de uso, aos afetos e às experiências cotidianas que nele se inscrevem. Reconhecer essa dimensão implica ampliar o entendimento do patrimônio para além da lógica da conservação, incorporando as dimensões sociais, culturais e ambientais que dão sentido ao lugar.

Ao confrontar as práticas de gestão urbana e patrimonial com as expressões de resistência e reexistência das comunidades locais, evidencia-se a necessidade de políticas mais participativas e plurais, capazes de compreender o patrimônio como processo e não como produto. Propõe-se, assim, pensar o patrimônio e a paisagem de modo holístico, integrando múltiplas vozes, humanas e não humanas, e reconhecendo os processos de criação, partilha e afeto que constituem as atmosferas dessa paisagem.

A partir do caso da Pequena África, torna-se possível vislumbrar novas formas de pensar o planejamento e a conservação urbana: não como instrumentos de homogeneização, mas como práticas de escuta e cuidado com as camadas históricas e simbólicas que compõem a cidade. O desafio é transformar o patrimônio em agente de reparação e justiça espacial, reconhecendo nas paisagens sensíveis os fundamentos de uma cidade mais equitativa e consciente de seu passado e seu presente.

REFERÊNCIAS

ALMENTEIRO, Domitila; TÂNGARI, Vera Regina. **Entre Glórias: paisagens do esquecimento na Glória — Rio de Janeiro**. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, v. 11, n. 82, p. 48–61, 2023. Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/gerenciamento_de_cidades/issue/view/301. Acesso em: 15 set. 2025.

ALVES, Fillipe Alexandre Oliveira. **Roteiros de memória e esquecimento pela Pequena África no Rio de Janeiro: os circuitos de Herança Africana como política de memória**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em

Ciências Sociais – Bacharelado/Licenciatura) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

ALVES, Fillipe Alexandre Oliveira. **A voz do Cais do Valongo: mobilização de memórias da escravidão na zona portuária carioca**. Revista Mosaico, v. 16, n. 25, 2024. ISSN 2176-8943.

CORBOZ, André. **El territorio como palimpsesto** (1983). In: _____. Lo urbano: en 20 autores contemporáneos. Barcelona: Edicions UPC, 2004. p. 25–34.

DIÁRIO DO RIO. **Reintegração de posse da “Ocupação Zumbi dos Palmares” é impedida por liminar judicial**. 2024. Disponível em: https://diariodorio.com/reintegracao-de-posse-da-ocupacao-zumbi-dos-palmares-e-impedida-por-liminar-judicial/#google_vignette. Acesso em: 20 out. 2025.

EMBARQUE NESSA VIAGEM. **Carnaval Afro do Rio: história e resistência** – Carnaval Cultural do Rio: uma imersão na herança afro-brasileira com os Griôs da Pequena África. 2025. Disponível em: <https://embarquენaviagem.com/2025/02/21/carnaval-afro-do-rio-historia-e-resistencia/>. Acesso em: 20 out. 2025.

FERREIRA, Larissa Fallone. **Elementos para uma leitura afrodescendente da paisagem minerária: Bairro do Veloso, Ouro Preto/MG** (2006–2021). 2022. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

FORMAN, R. T.; GODRON, M. **Landscape Ecology**. New York: John Wiley & Sons, 1986.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. **A utopia da Pequena África: gestão, memórias e territórios na zona portuária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio; CASTRO, João Paulo Macedo e. **A gestão empresarial das memórias sensíveis: poderes, sentidos e práticas em torno do Cais do Valongo no Rio de Janeiro**. Tempo Social, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 63–82, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/yZvHXyhvm5mH98KGcFBzwFr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2025.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ). **Dossiê de Candidatura do Cais do Valongo a Patrimônio Mundial**. Rio de Janeiro: IPHAN/PCRJ, 2016.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Sítio Arqueológico Cais do Valongo, Rio de Janeiro, Brasil**. Brasília: IPHAN, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revista_valongo_12jun.pdf. Acesso em: 20 set. 2025.

INSTAGRAM – BAR DELLAS. 8 maio 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DJafn6SRvVr/?img_index=1. Acesso em: 22 out. 2025.

INSTAGRAM – PRAÇA DA HARMONIA. 9 fev. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DF3hczrv1HI/>. Acesso em: 22 out. 2025.

INSTAGRAM – PRAÇA DA HARMONIA. 12 jul. 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DMBy_WwP6D0/. Acesso em: 22 out. 2025.

JENKINS, Keith. **A História Repensada**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

LAMOUNIER, Alex; CARVALHO, Thereza; YAMAKI, Humberto; TÂNGARI, Vera Regina. **Atmosferas de preferência e paisagens cotidianas: a cidade através de múltiplos sentidos**. In: Conferência Internacional 2019 – Resensitizing Cities, Urban Ambiances and Senses, 1., 2019, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: LASC/FAU-UFRJ, 2019. Disponível em: <https://lasc.fau.ufrj.br/agenda-lasc/193/novo-ressensibilizando-cidades-2019-conferencia-workshop-i-anais-do-evento-disponivel>. Acesso em: 15 jul. 2025.

MACEDO, Silvio Soares. **Litoral urbanização: ambientes e seus ecossistemas frágeis**. Paisagem e Ambiente: Ensaios, n. 12, São Paulo: FAUUSP, 1997.

MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do Paisagismo no Brasil**. 1. ed. São Paulo: FAUUSP, 1999.

MAGALHÃES, Jonathas; MANETTI, Claudio; TÂNGARI, Vera Regina. **Compartimentos e unidades da paisagem: método de leitura da paisagem aplicado à linha férrea**. Paisagem e Ambiente: Ensaios, n. 31, p. 61–80, 2013. Disponível em: <https://revistas.usp.br/paam/article/view/78132>. Acesso em: 15 jul. 2025.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MORALES NÚÑEZ, Mónica; RIVEROS CELIS, Ricardo; PALMA VERGARA, Mónica. **Paisaje y propuestas a las decisiones políticas para el desarrollo sostenible**. Urbano, v. 17, n. 30, p. 112–118, Universidad del Bío-Bío, Concepción, Chile, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/198/19836174011.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1995.

O GLOBO. **Paes e Castro ordenam desocupação de prédio no Centro do Rio, com ação do Choque**. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2025/09/07/paes-e-castro-ordenam-desocupacao-d-e-predio-no-centro-do-rio-com-acao-do-choque.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2025.

PEREIRA, Bruno. **Gentrificação na zona portuária do Rio de Janeiro: deslocamentos habitacionais e hiper precificação da terra urbana**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 41, v. 1, p. 45-64, Jan./Jun. 2019.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Mata Maravilha: projeto vai reflorestar o coração da Região Portuária**. 2025. Disponível em: <https://prefeitura.rio/ccpar/mata-maravilha-projeto-vai-reflorestar-o-coracao-da-regiao-portuaria/>. Acesso em: 22 out. 2025.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.



SCHLEE, Mônica Bahia; NUNES, Maria Julieta; REGO, Andrea Queiroz; RHEINGANTZ, Paulo; DIAS, Maria Ângela; TÂNGARI, Vera Regina. **Sistema de espaços livres nas cidades brasileiras: um debate conceitual**. Paisagem e Ambiente: Ensaios, São Paulo, n. 26, p. 225–247, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: ***História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea***. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SERPA, Ângelo. **Lugar e território: fundamentos para uma geografia da experiência**. Salvador: EDUFBA, 2017.